

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS.

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PERMANENTES, INCLUSO INSTALAÇÃO E TREINAMENTOS AOS USUÁRIOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, através de recursos oriundo de repasses do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Resolução SES/MS nº 230/2024, processo nº 27/018153/2024, conforme especificações, quantidades e técnicas constantes do Termo de Referência.

**Código registro TCE:** C96794A3C71E37D3193CE7E4C1311631668DF69D

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 836.200,00 (oitocentos e trinta e seis mil e duzentos reais).

**INÍCIO REC. PROPOSTA:** 10/06/2026 08:00

**FIM REC. PROPOSTA:** 25/10/2026 07:00

**INÍCIO DISPUTA:** 25/10/2026 09:00

**TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF)

**Local:** Plataforma BLL Compras – <https://bll.org.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** [menor preço por lote]

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**SUMÁRIO:**

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16
8. DOS RECURSOS.....	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

**MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026**

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 11.160.486/0001-41, com sede a Rua Doutor Correa, nº 737, Centro, Porto Murtinho MS, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 15.110 de 17 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO:**

1.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PERMANENTES, INCLUSO INSTALAÇÃO E TREINAMENTOS AOS USUÁRIOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, através de recursos oriundo de repasses do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Resolução SES/MS nº 230/2024, processo nº 27/018153/2024, conforme especificações, quantidades e técnicas constantes do Termo de Referência.

**2. DO CREDENCIAMENTO:**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.1 O cadastro deverá ser feito na Plataforma BLL COMPRAS, no sítio, <https://bll.org.br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 ou como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação no presente certame.

2.4.1. A comprovação do enquadramento, poderá ser realizada por meio da apresentação da **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, expedida pela Junta Comercial ou a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO** validada pela Junta Comercial, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

2.4.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados e na Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br/>).

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o login e senha para acesso ao Sistema.

3.2. As empresas em Recuperação Judicial e Extrajudicial que obtiveram a sua concessão ou a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial pelo juízo competente, deverão ter a respectiva certidão inserida em seu cadastro.

3.2.1 A apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação da empresa comprovar todos os requisitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas os licitantes.

3.3. Não poderão disputar esta licitação:

3.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9. A vedação de que trata o item 3.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente os documentos relacionados nos itens seguintes, que conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

**4.3.1.1.** A comprovação da **Habilitação Jurídica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

**a) Registro comercial** no caso de Empresa Individual;

- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
- c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;
- d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas**, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil;
- e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI;

**4.3.1.2.** A comprovação da **Regularidade Fiscal** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**) em plena validade;
- b) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND (**INSS**), mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, na forma da Lei, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (**Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais**), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;

**4.3.1.3** A comprovação relativa à **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

**4.3.1.4** A documentação relativa à **Qualificação econômico-financeira** consistirá na apresentação da **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

- a) No caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

4.3.1.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

4.3.1.5.1 **Laudo de eficiência energética do fabricante da Usina Geradora de Oxigênio**, emitido por empresa especializada devidamente registrada no CREA com emissão **CAT** e deverá constar o nome da instituição hospitalar no laudo o **engenheiro elétrico responsável pelo laudo** deverá possuir a certificação (Certified Energy Manager-CEM) (Certified Measurement & Verification Professional-CMVP), conforme o caso;

4.3.1.5.2. **Minuta Layout de instalação de Usina Geradora de Oxigênio**, incluindo a individualização de todos os equipamentos, conforme o caso;

4.3.1.5.3. **Relação da equipe técnica** adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe, conforme o caso;

4.3.1.5.4. **Atestado(s) de capacidade técnica, registrado(s) no CREA**, emitido(s) por estabelecimento de saúde que faça uso de sistema de Geração de Oxigênio, de igual ou superior capacidade, com indicação da conformidade com as normas e resoluções citadas no Termo de Referência, bem como as especificações técnicas exigidas, conforme o caso;

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.5. O Licitante deverá apresentar Declaração Unificada (**Anexo V**):

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.5.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5.5. sendo a licitante Microempresas “ME” ou Empresa de Pequeno Porte “EPP”, deverá apresentar Declaração de Enquadramento, conforme ANEXO IV, devidamente assinada pelo responsável da empresa e pelo contador responsável com a identificação do Conselho Profissional.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.7.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.6 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço por lote; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item/lote;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no modelo de proposta,

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

5.10. Em caso de pedido de reequilíbrio, a fórmula de análise da solicitação, será a equivalência percentual entre a pesquisa de mercado atual e o desconto oferecido pela empresa no certame. Ex.: Se um item teve o preço médio fixado pelo instrumento convocatório em R\$ 10,00 (dez) reais, e a empresa registrou seu valor em R\$ 5,00 (cinco) reais, significa dizer que a empresa tem capacidade de fornecer o produto por 50% (cinquenta) por cento do valor de referência da Administração, então se ele desejar solicitar reequilíbrio, será realizada nova pesquisa de mercado, e será concedido o percentual o reequilíbrio no percentual que ele indicou ser justo na data de sessão; ou seja e o produto estiver custando R\$ 11,00 (onze reais) a ele será permitido o reequilíbrio do produto para R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

### **6.1.1. Fica facultado a inserção antecipada dos documentos relativos à habilitação na fase de cadastro da proposta de preços, sem prejuízo do prazo previsto no item 8.12.1.**

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco

por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.



7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 1197/2023 de 27 de dezembro de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja



majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema da BLL, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 3 (três) dias úteis.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:  
<https://bll.org.br/> e <https://portomurtinho.ms.gov.br/>.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.2. e 10.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, exclusivamente, por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bll.org.br/>.**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO:**

12.1. Após a homologação do certame, havendo requisição da área requisitante e autorização da contratação pela autoridade competente, será firmado o Termo de Contrato, conforme modelo disposto no ANEXO II.

12.2. A empresa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogável a critério da Administração, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. A critério da Administração, caberá prorrogação do prazo acima, desde que devidamente justificado.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.**

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, [www.paranaiba.ms.gov.br/portal\\_transparencia](http://www.paranaiba.ms.gov.br/portal_transparencia).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Minuta do Contrato

**ANEXO III** - Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO IV** - Declaração ME/EPP;

**ANEXO V** - Modelo declaração unificada

Porto Murtinho MS, 09 de junho de 2026.

**RITA DE CÁSSIA PADILHA**  
Secretária Municipal de Saúde



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

1.1. A presente Licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PERMANENTES, INCLUSO INSTALAÇÃO E TREINAMENTOS AOS USUÁRIOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, através de recursos oriundo de repasses do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Resolução SES/MS nº 230/2024, processo nº 27/018153/2024, conforme especificações, quantidades e técnicas constantes do Termo de Referência e do edital.

(X) Natureza Comum

(...) Natureza Especial

**1.2. Descrição do item;**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Quant. Estimada
01	01	<b>SISTEMA PARA GERAÇÃO DE OXIGÊNIO AR MEDICINAL</b> com tecnologia PSA concentração mínima de 93% v.v capacidade de produção de 2,0 m³/hora, 1.460 m³/mês – com Booster para enchimento de cilindros pneumático com sistema de regulagem de vazão automático, manifold de enchimento de cilindros para 2 + 2 cilindros cada lado, cilindros de 50 litros capacidade hidráulica. Composição mínima do sistema, 2 compressores a parafuso com sistema de tratamento de ar acoplado motorização de 10 hp., mais conjuntos de filtros pré/pós coalescentes e carvão ativo. Concentrador de oxigênio medicinal P.S.A (adsorção com alternância de pressão) – capacidade de produção de 2,0 m³/hora concentração 93 + ou – 3% pressão de saída mínima de 4,5 kgs/cm² e reservatório para 240 litros, com analisadores de oxigênio (Zircônia vida útil mínimo de 60 meses) acoplado ao sistema com desligamento automático quando a concentração do oxigênio baixar de 93% de concentração. Compressores de ar tipo parafuso com sistema de tratamento de ar acoplado motorização de 10 HP trifásico 220/380 volts, sendo um deles a ser utilizado como reserva em caso de falha do principal, e conjuntos de filtros coalescentes para filtragem do ar e filtros bacteriológicos para o suprimento de ar medicinal. Booster para enchimento de cilindros pneumático 2 estágios com sistema de vazão regulável de 0,5 a 2,5 m³/h – pressão inicial 2 a 12 bar pressão final 2 a 150 bar conexão de entrada ½ saída ¼ refrigeração fluxo de ar entre cilindros acionamento ar comprimido. Manifold de enchimento de cilindros 2 + 2 cilindros capacidade hidráulica 50 litros com 6 cilindros completos. Frete e montagem dos equipamentos inclusos. Garantia mínima de 1 Ano no Estado de Mato Grosso do Sul.	UNID.	01

02	02	<p><b>ANALISADOR DE GASES NO SANGUE</b> Equipamento para medir concomitantemente em uma única amostra os seguintes parâmetros: pH; gases sanguíneos (pO<sub>2</sub>, pCO<sub>2</sub>); eletrólitos (Na<sup>+</sup>, K<sup>+</sup>, Ca<sup>2+</sup>, Cl<sup>-</sup>); metabólito (Lactato) e hematócrito. Calcular no mínimo os seguintes parâmetros: HCO<sub>3</sub><sup>-</sup>, cBase(B), cBase(Ecf), HCO<sub>3</sub><sup>-</sup>(P,st), ctCO<sub>2</sub>(B), Ânion Gap, ctO<sub>2</sub>, sO<sub>2</sub>, Hb, pO<sub>2</sub>(A), Ca<sup>2+</sup>(pH=7,40), pO<sub>2</sub>(a)/FO<sub>2</sub>(I), pO<sub>2</sub>(A-a), pO<sub>2</sub>(a/A), Anion Gap (K<sup>+</sup>) e cH<sup>+</sup>. Aspirar amostras em seringas, tubos e capilares. Possuir entrada da amostra inclinada, para facilitar a aspiração de amostras com volume reduzido e evitar a aspiração de ar, diminuindo dessa maneira perda de exames. Possibilitar medir todos os parâmetros com até 90 <math>\square</math>l de amostra em seringa. Informar os resultados da análise em no máximo 80 segundos. Produtividade de pelo menos 30 amostras por hora. A linearidade do lactato deve ser superior a 25 mmol/L. Os sensores de medição deverão ser miniaturizados, agrupados e incorporados em cassetes ou cartuchos. As soluções de calibração, limpeza e reservatório de esgoto deverão estar em um sistema único, hermeticamente fechado, tal como pack. O aparelho deverá estar apto a ser usado em até 30 minutos, após a troca de qualquer insumo do aparelho (sensores, membranas, reagentes, papéis e outros). Ter calibrações totalmente automáticas e programáveis. Os programas de calibração automática deverão ter intervalos de frequência de no mínimo 1 hora ou mais. Diariamente o aparelho não poderá ficar indisponível por mais de 90 minutos em processos de calibração. Ter limpezas totalmente automáticas e programáveis. Possuir tela tátil com teclado alfanumérico e impressora embutida no equipamento. Ter tela de toque com dimensão superior a 8", para facilitar os comandos ao equipamento e facilitar a interpretação de dados, especialmente nos momentos de urgência. Software em português. Permitir introduzir: Identificação do paciente, nome do paciente, tipo de amostra, operador, sexo, localização da amostra, temperatura do paciente, data e hora da coleta e fração de oxigênio inspirado. Possuir porta USB para backup de dados. Possuir os protocolos de comunicação ASTM, HL7. Possibilitar o interfaceamento bidirecional com a rede de computadores do hospital. Para facilitar a higienização e transporte quando necessário, não poderá pesar mais de 9 kg com insumos. O equipamento deverá ser entregue com insumos para no mínimo 150 testes com validade para 60 (sessenta) dias. Garantia mínima de 1 Ano no estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar Registro do produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação inclusa.</p>	UNID.	01
	03	<p><b>SISTEMA PARA ANÁLISE DE URINA</b> – Sistema automatizado para urinálise com tecnologia de Inteligência Artificial (IA), composto por módulo integrado para análise físico-química e sedimentoscopia urinária automatizada, destinado à rotina laboratorial de análises clínicas. O</p>	UNID.	01

	<p>equipamento deverá possuir tecnologia AI-Libre em canal duplo, baseada em Rede Neural Convolucional (CNN) e aprendizado profundo, proporcionando maior precisão analítica, automação dos processos e padronização diagnóstica. Deverá possuir design compacto integrado 2 em 1, operação semiautomática e microscopia automatizada com ampla captura de imagens para análise do sedimento urinário. O sistema deverá realizar, no mínimo, os seguintes parâmetros físico-químicos: Leucócitos; Cetonas; Nitrito; Urobilinogênio; Bilirrubina; Proteína; Glicose; Gravidade específica; Sangue; pH; Vitamina C. Compatível com tiras reagentes de 11 e 14 parâmetros. A sedimentoscopia automatizada deverá identificar automaticamente, no mínimo: Hemácias; Leucócitos; Células epiteliais; Bactérias; Cristais; Fungos; Muco; Esperma; Cilindros; Leveduras. O equipamento deverá operar com volume mínimo de amostra de 0,6 mL e possuir sistema óptico com comprimentos de onda de 470 nm, 550 nm, 620 nm e 720 nm. Deverá possuir ampliação mínima de 40X, câmera com resolução mínima de 1,3 megapixels e capacidade mínima de captura de 288 imagens por amostra. A produtividade mínima deverá ser de: 40 testes/hora para química + sedimento; 60 testes/hora para química isolada. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de armazenamento superior a 100.000 resultados. Deverá possuir conectividade mínima através de: USB; HDMI; VGA; Rede Ethernet; Porta serial/COM. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul– Apresentar Registro do Produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação Inclusa. Deverá contemplar todos os acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, incluindo reagentes iniciais, controles, calibradores, cabos, software.</p>		
04	<p><b>CARRO MACA TRANSFERÊNCIA EM AÇO INOX</b>, Estrutura das bases em tubo de aço inox, Leito em chapa de aço inox nº20, Para-choque em toda sua volta, Grades laterais em tubo de aço inox, Rodízios de 5" sendo dois com freios, Suporte para soro, Dimensões: 1,90 x 0,55 x 0,80, Capacidade de peso até 150Kg, Colchonete em Poliuretano Injetado – altura 7cm – Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul– Apresentar Registro do produto junto da ANVISA/MS.</p>	UNID.	01
05	<p><b>FOCO CIRÚRGICO DE TETO DE LED COM 2 (DUAS) CÚPULAS</b>, com lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir: fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de</p>	UNID.	02

		<p>contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve, facilitando o movimento e fornecendo rápida estabilidade; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; Emprego de sistema de redução de sombra; Filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; O índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 4200 K ou maior; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 120.000 Lux, medidos a 1 (um) metro de distância. A iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente. Vida útil do sistema de iluminação LED de 30.000 horas ou maior. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar Registro do Produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação inclusa.</p>		
	06	<p><b>SERRA ELÉTRICA PARA GESSO</b>, Indispensável no setor ortopédico de hospitais, centros assistenciais e clínicas. Com baixo peso volume e alto desempenho operacional este produto é indicado para a remoção de gesso transformando o movimento giratório do motor em movimento oscilatório na lâmina do corte. Desta forma pode se garantir que nenhum dano será causado ao paciente. Motor: de escovas. Potência: 180w. Amperagem: 1,65 A 0,86 A. Rotação do Motor: 18.000 rpm. Câmbio: em aço especial com lubrificação permanente. Lâminas de corte em aço com tratamento superficial. Tensão de alimentação: 127V ou 220V. Peso da peça: 1,56 kg. Cabo de força: 3 metros. Cabo anatômico: Maior segurança no manuseio. Acompanha: 01 lâmina de 2" polegadas. 01 lâmina de 2,5" polegadas. 01 chave combinada para troca dos discos. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS.</p>	UNID.	01
03	07	<p><b>CAMA MOTORIZADA ELETRICAMENTE</b> que atende norma ABNT NBR IEC 60601-2-52:2020. Construída com estrutura tubular em aço carbono adequada à instalação de células de carga, protegida por pré-tratamento de fosfatização e pintura eletrostática a pó cor branco RAL9016 ou opcionalmente cinza RAL7035, leitos articuláveis em polietileno soprado</p>	UNID.	04

	<p>dividido em 9 seções acopláveis para facilitar a limpeza e higienização. Dotada de movimentos para descompressão abdominal. Cabeceira e peseira removíveis, grades laterais articuladas e retráteis em polietileno de alta densidade. Grades laterais excedem a altura do colchão em 220mm cobrindo mais de 50% do leito, espaçamentos menores de 60mm entre as grades laterais e delas com a cabeceira e peseira. Aberturas embutidas em grades laterais, cabeceira, peseira e outros espaçamentos menores que 120mm evitando aprisionamento de pescoço, tórax e cabeça. Grades laterais com altura de 400mm, com sistema pneumático de amortecimento. Base de movimentação com capa plástica branca lisa para rápida higienização e rodízios blindados em polietileno com Ø 150mm e freio total/direcional integrado a pedais nas 4 rodas. Para-choques giratórios de proteção de paredes de alto impacto nos quatro cantos da cama. Os movimentos da cama são acionados por motores elétricos com alimentação bi-volt (100/220V 50/60Hz) e grau de proteção IPX6, comandados por controle remoto de enfermagem disponível na peseira e no lado externo das grades laterais ou pelo próprio paciente no lado interno das grades laterais. Caixa de Comando e bateria instaladas em bandeja de serviço protegidas e de fácil acesso para manutenção. Cabos com isolamento superior e conectores dotados de anéis retentores. Possui bateria reserva de alimentação e todos acionadores com Certificado CE e UL. Equipada com balança integrada dotada de sensores eletromecânicos de massa para alta sensibilidade na medição de peso a partir de 100 gramas, com comando digital. Capaz de 8 movimentos: Fowler, dorso com angulação de 85° e pernas em 25°, elevação da altura, Trendelenburg e reverso do Trendelenburg em 15°, CPR e cardíaco. O levantamento dos pés para a posição Cardíaco, pode ser acionada, regulada e mantida manualmente. Capaz de auxiliar o usuário no seu levantamento com o menor esforço pela posição "Sentada Total", com compensação abdominal por pino voltante. CPR em todo leito por acionamento Elétrico e Manual no dorso. Possui 03 ganchos laterais para bolsas de coleta de urina Foley, iluminação noturna na parte inferior e 01 suporte de soro com 04 ganchos que pode ser posicionável nos 2 cantos da cabeceira. Comprimento total externo de 2186mm e interno do Leito de 2000mm com largura externa de 1040mm e interna de 986mm e capacidade de carga de 40 a 250Kg. Manual de Instruções disponível em Português, Espanhol e Inglês. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS. Incluso transporte, instalação do equipamento, treinamento do usuário e suporte técnico.</p>		
--	---	--	--

	08	<p><b>ANALISADOR DE BIOQUÍMICA AUTOMÁTICA</b></p> <p>desenvolvido para laboratórios que necessitam de alto desempenho, precisão analítica e automação eficiente nas rotinas laboratoriais. Com capacidade para realizar até 150 testes por hora, o equipamento proporciona agilidade no processamento das amostras e maior produtividade operacional, mantendo elevada confiabilidade nos resultados. O sistema opera com baixo consumo de reagente, utilizando apenas 100 µL por teste, promovendo redução de custos e melhor aproveitamento dos insumos laboratoriais. Equipamento conta com fluxo totalmente automatizado, desde a aspiração da amostra até a liberação dos resultados, além de interface intuitiva e integração com sistemas laboratoriais (LIS), facilitando a rastreabilidade e o gerenciamento das informações.</p> <p>Entre seus recursos, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Sistema automático de calibração e controle de qualidade;</li> <li>* Leitor de código de barras interno para identificação de amostras e reagentes;</li> <li>* Processamento contínuo e padronizado;</li> <li>* Maior controle operacional e redução de falhas manuais;</li> <li>* Tecnologia voltada para rotinas laboratoriais de média demanda.</li> </ul> <p>Reúne tecnologia, eficiência e praticidade, oferecendo desempenho confiável para laboratórios que buscam otimização de processos e segurança analítica. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS. Incluso transporte, instalação do equipamento, treinamento do usuário e suporte técnico.</p>	UNID.	01
--	----	---	-------	----

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

#### **1.5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **1.6. DO LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES:**

1.6.1. Os equipamentos como; USINA GERADOR DE OXIGENIO MEDICINAL, ANALISADOR DE GASES NO SANGUE, SISTEMA PARA ANÁLISE DE URINA, CARRO MACA TRANSFERÊNCIA EM AÇO INOX, FOCO CIRÚRGICO DE TETO DE LED COM 2 (DUAS) CÚPULAS, SERRA ELÉTRICA PARA GESSO incluso instalação e todos os materiais necessários para pleno funcionamento, conforme previsto neste termo de referencia deverão serem executados e entregues no seguinte endereço Rua Joaquim Murtinho, Bairro Centro, CEP nº 79.280-000, fone 067 3287 1292 ou 067 3287 1469, no Prédio do **Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira** unidade da Secretaria



Municipal de Saúde durante o período das 7h00min às 11h00min, e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira.

#### **1.7. DA GARANTIA:**

1.7.1. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses com assistência técnica especializada sempre que necessário no município de Porto Murtinho – MS por se tratar de equipamentos que não pode ser removido, contado a partir da data de entrega dos equipamentos serviços executados do objeto, de acordo com as normas vigentes. Pelo que se obriga independentemente de ser ou não o fabricante dos equipamentos a serem utilizados no sistema de usinagem e produção de oxigênio medicina e demais equipamentos que compõem este Termo de Referência a efetuar dentro do prazo da garantia, substituições de todas as unidades que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS, desde que estes não sejam provenientes de uso ou manuseio inadequado.

1.7.2. O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitada, sendo o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega dos serviços de instalações, acompanhados de manual de uso e manutenção.

1.7.3. Os equipamentos que compõem o objeto deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondicionamento e/ou remanufaturamento.

1.7.4. Os equipamentos constantes do objeto deste Termo de Referência a serem entregues deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.2.1. Justifica-se aquisição dos equipamentos visando estruturar e modernizar os serviços de saúde locais. incluindo instalação e treinamento de usuários e garantindo a conformidade regulatória, a segurança do paciente e o pleno domínio tecnológico pelas equipes médicas, mitigando riscos de falhas operacionais e danos ao patrimônio público, em conformidade com as normatizações contida na RDC-050 e 307 ANVISA, NBR 13.587 – 03/96 – Revisão 2006. Justifica ainda a inclusão de treinamento e instalação, cobertura pós garantia para Validação de Garantia e Conformidade, Mitigação de Riscos, Capacitação Específica, garantindo assim diagnósticos preciso assegurando o atendimento dos usuários do sistema único de saúde – SUS.

2.2.2. considerando que aquisição de um sistema de usinagem de oxigênio medicinal (gerador PSA (Pressure Swing Adsorption) para um hospital distante de grandes centros de referência é uma medida estratégica de segurança assistencial, viabilidade logística e eficiência financeira. A produção local de oxigênio elimina a dependência de fornecedores externos, garantindo um fluxo contínuo e ininterrupto para todos os setores hospitalar, veículos de urgência e emergência, além de paciente acamado domiciliar. Considerando que garante melhor vantagens logísticas e operacionais, pois elimina o uso excessivos de Cilindros Reduzindo drasticamente a necessidade de compra, transporte, manuseio e armazenamento de cilindros de alta pressão, diminuindo riscos de acidentes. Além de Autonomia de suprimento no hospital e na atenção primária à saúde deixando de depender de cronogramas de entrega de terceirizados. Permite a instalação de uma rede canalizada para distribuir o oxigênio diretamente nos leitos, consultórios e áreas de expurgo, facilitando o trabalho da equipe de enfermagem. garante maior viabilidade econômica e sustentabilidade com a produção própria



eliminando custos de transporte, locações de tanques e recarga de cilindros mensal. O médio/longo prazo, o investimento na usina gera significativa economia operacional.

2.2.3. Considerando que o analisador de gases no sangue (hemogasômetro) é imprescindível para garantir a segurança dos pacientes críticos. O equipamento permite o diagnóstico rápido de distúrbios respiratórios e metabólicos, fornecendo suporte vital para guiar ventilação mecânica, oxigenoterapia e intervenções de emergência dentro do hospital, garantindo Diagnóstico Rápido em Pacientes Críticos (Agilidade no Atendimento, Monitoramento de Suporte à Vida e Oxigenoterapia, Avaliação Multidimensional Integrada, Eficiência Operacional e Redução de Custos, A ausência deste equipamento compromete a qualidade e a agilidade do serviço de saúde, resultando em riscos à segurança de pacientes internados em estado grave. Portanto, a aquisição do analisador de gases no sangue atende ao interesse público e visa elevar o padrão de excelência dos serviços de urgência e terapia intensiva oferecidos pelo hospital.

2.2.4. Considerando que o equipamento Sistema para Análise de Urina (Urinálise Automatizada) justifica-se pela necessidade de garantir diagnósticos rápidos, precisos e padronizados. Essencial para a investigação de infecções urinárias, doenças renais e distúrbios metabólicos, permitindo a liberação ágil de laudos em setores de internação e pronto-socorro, os pilares técnicos e clínicos que fundamentam a necessidade deste equipamento em um hospital: são Agilidade e Eficiência no Atendimento com Redução do tempo de resposta (TAT), Otimização da equipe, além de Eliminação de erros manuais e maior Controle de qualidade, Permitindo identificar condições graves de forma não invasiva, desde lesões renais agudas até diabetes e quadros de sepse através de marcadores urinários, e monitoramento terapêutico.

2.2.5. Considerando que os equipamentos como; carro maca de transferência em aço inox, foco cirúrgico de teto de LED com duas cúpulas, serra de gesso são equipamentos que faltam para complementar as quatro salas cirúrgicas do Hospital.

2.2.6. Considerando que o Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira passou por uma grande reforma além de ampliação estrutural, considerando que em virtude do desenvolvimento por conta da rota bioceânica o número de população flutuante está crescendo e consequentemente a população urbana crescerá, considerando a necessidade de ter equipamentos de alta complexidade para diagnósticos preciso e rápido nos aumentos das urgência e emergência. Optamos pela aquisição incluso instalações, treinamento e capacitação dos usuários, suporte técnico em manutenção corretiva pós garantia, através de licitação na modalidade pregão eletrônico.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

3.1. Com fundamento no art. 6º, XXIII da Lei 14.133/21, é necessário fazer uma análise sobre os itens deste estudo técnico preliminar;

3.1.1. Aquisição de equipamento permanente hospitalar de infraestrutura incluso manutenção preventiva e corretiva, mão-de-obra de instalação dos equipamentos, treinamento básico de operação e frete de acordo com as especificações e quantidades constantes no termo de referência para atender as necessidades do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira unidade da Secretária Municipal de Saúde de Porto Murtinho - MS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

3.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por lote; a opção por lote de acordo com art. 47 inciso "I" da lei nº 14/133/2021 considerando que os equipamentos e demais componentes e acessórios deverão trabalhar integrado e compatível entre si além da obrigação na

instalação por técnico especializado, oferecendo treinamento aos profissionais de saúde, suporte técnico.

3.1.3. a necessidade apresentada tem como finalidade a aquisição e instalação de equipamentos permanente hospitalar de infraestrutura USINA GERADOR DE OXIGENIO MEDICINAL, ANALISADOR DE GASES NO SANGUE, SISTEMA PARA ANÁLISE DE URINA, CARRO MACA TRANSFERÊNCIA EM AÇO INOX, FOCO CIRÚRGICO DE TETO DE LED COM 2 (DUAS) CÚPULAS, SERRA ELÉTRICA PARA GESSO incluso; mão-de-obra em instalação dos equipamentos, treinamento básico de operação, transporte e demais materiais necessários para as instalações dos equipamentos, para atender o Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, unidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS;

3.1.4. A solução encontrada pela a equipe demandante foi optar pelo critério de julgamento das propostas de menor preço por lote; a opção por lote de acordo com art. 47 inciso “I” da lei nº 14/133/2021 considerando que os equipamentos e demais componentes e acessórios deverão trabalhar integrado e compatível entre si além da instalação por técnico especializado, e dos materiais necessários de utilização na instalação dos equipamentos.

3.1.5. A necessidade foi demonstrada no item; “1.2” do presente Termo de Referência;

3.1.6. Os requisitos da contratação foram elencados no item; “4” do presente Termo de Referência;

3.2.5. Desta forma, a aquisição dos equipamentos incluso serviços de instalações, treinamento dos usuários e suporte técnico deverá obedecer aos requisitos técnicos a serem especificados no edital. Vale ressaltar, que a medida a ser adotada encontra respaldo jurídico na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre licitação na modalidade pregão eletrônica para a contratação dos itens deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência no Edital, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.1. Fornecer os equipamentos para produção de oxigênio de acordo com os padrões e normas técnicas nacionais e internacionais e recomendações do Ministério da Saúde.

4.1.2. Deverá fornecer os equipamentos incluso instalações, treinamentos e suporte de acordo com as normas da Resolução RDC nº 307: – Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21/02/2002. – ANVISA, 14/11/2002, Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.355/92, NBR 13.587 e NBR 12.188.

4.1.3. A instalação dos sistemas de gases medicinais, analisador de gases no sangue, sistema para análise de urina, foco cirúrgico de teto de LED com duas cúpulas, serra elétrica de gesso, será de responsabilidade da empresa vencedora, e deverá ser executado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da autorização de fornecimento-AF, ficando sob sua responsabilidade, mediante programação antecipada em comum acordo com a fiscalização da secretaria de saúde.

4.1.4. Caso aja alguma impossibilidade no cumprimento do prazo de entrega e instalação estipulado, a contratada deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes do fim da vigência encaminhar ofício com justificativas e pedido de prorrogação via e-mail; [saúde@portomurtinho.ms.gov.br](mailto:saúde@portomurtinho.ms.gov.br).

- 4.1.5. Recolhimento de ART junto ao CREA dos serviços realizados caso seja necessário;
- 4.1.6. Transporte de todos os equipamentos, até o local da instalação dos mesmos;
- 4.1.7. No caso da usina de oxigênio no decorrer da instalação deverá Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais.
- 4.1.8. No caso da usina de oxigênio As tubulações deverão ser executadas em tubo de cobre, sendo tipo costurahidrolar, classe "A", limpas e tratadas previamente para uso com oxigênio, conexões em cobre ou latão soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratados e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188; Teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários;
- 4.1.9. Garantia mínima de 01 (um) ano no Estado de Mato Grosso do Sul a ser atendidos quando necessário no Município de Porto Murtinho – MS, dos serviços de instalações executados e dos equipamentos permanente garantia sobre a responsabilidade da empresa contratada.
- 4.1.10 Treinamento junto ao pessoal da Contratante que irá operar os equipamentos;
- 4.1.11. A empresa vencedora deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos bem como as normas vigentes quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos (RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA).
- 4.1.12. Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um responsável técnico, devidamente registrado no CREA.
- 4.1.13. Todos os equipamentos e ferramentas necessários à instalação dos equipamentos deverão ser disponibilizados pela empresa vencedora, sendo que os testes e partida dos sistemas deverá ser realizada por meio de profissionais com formação técnica e que pertençam ao quadro de funcionários da empresa, acompanhado de um representante indicado pela Contratante.
- 4.1.14. A licitante vencedora deverá prestar assistência técnica preventiva a cada 4 meses durante a vigência da garantia, executar assistência técnica corretiva caso apresente defeitos de fabrica nas peças que compõem os equipamentos.

## **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **5.1. Da garantia;**

- 5.1.1. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (dode) meses com assistência técnica especializada sempre que necessário no município de porto Murtinho – MS por se tratar de equipamentos que não pode ser removido, contado a partir da data de entregue dos equipamentos serviços executados do objeto, de acordo com as normas vigente, Pelo que se obriga independentemente de ser ou não o fabricante dos equipamentos a serem utilizados no sistema de usinagem e produção de oxigênio medicina e demais equipamentos que compõem este Termo de Referência a efetuar dentro do prazo da garantia, substituições de todas as unidades que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS, desde que estes não sejam provenientes de uso ou manuseio inadequado..
- 5.1.2. O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitada, sendo o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega dos produtos, acompanhados de manual de uso e manutenção.
- 5.1.3. Os equipamentos, componentes, e demais materiais que compõem a instalação dos equipamentos itens deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondicionamento e/ou remanufaturamento.

## **5.2. Das obrigações da contratada;**

5.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência no Edital, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2.2. Deverá ser adotadas práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços

5.2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

5.2.4. Além dos requisitos mencionados acima, também deverá ser atendidas as especificações técnicas:

5.2.4.1. A contratada deverá instalar a usina de oxigênio medicinal incluso todos os equipamentos que integram o funcionamento da usina e demais materiais necessários para distribuição do oxigênio em todos os setores hospitalar para produção diária e mensal;

5.2.4.2. A contratada deverá fornecer usina de oxigênio nova com eficiência energética com capacidade mínima de produção de 2,0 m³/hora, 1.460 m³/mês com produção ininterrupta, monitoramento remoto ou telemetria com controle de informações de produção, saturação de oxigênio produzido no momento, alarme com bloqueio de produção em caso de baixa concentração de oxigênio (para menor de 93%);

5.2.4.3. Para usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá instalar alarme operacional que indique queda de pressão ou desligamento dos equipamentos do sistema;

5.2.4.4. Para usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá fornecer e instalar um (01) compressor dedicado com alta eficiência energética que atender toda a demanda da unidade de saúde, instalar reservatório para oxigênio com capacidade de suprir a demanda do hospital nos momentos de pico de consumo, instalar analisador de oxigênio integrado ao concentrador de oxigênio;

5.2.4.5. A contratada deverá realizar as instalações elétricas necessárias para o funcionamento da usina e demais equipamentos integrados;

5.2.4.6. A contratada deverá instalar uma central de oxigênio para backup 05x05, com chicotes flexível inox, alta pressão com conector padrão ABNT para oxigênio, alta vazão com dois reguladores para acoplar os cilindros.

5.2.4.7. A contratada deverá fornecer e instalar um enchedor de cilindro” compressor de oxigênio” compatível com a produção e com a rede

5.2.4.8. A contratada deverá fornecer e instalar equipamentos que atende as necessidade na produção do oxigênio medicinal conforme normatizações (RDC/ANVISA nº 50/2002 e 307/2002) deve possuir as seguintes características físico-químicas: Inodoro, Insípido, Não inflamável, Comburente, Fórmula química = O<sub>2</sub>; Peso/massa molecular = 31,9988 mol, Grau de pureza = mínimo de 92%, Produto sem efeito toxicológico, Grau de pureza = teor de oxigênio entre 19,5 e 23,5%; Nitrogênio entre 76,5 e 78,5 e 1% de outros gases.

5.2.4.9. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de acordo com os padrões e normas técnicas nacionais e internacionais e recomendações do Ministério da Saúde.

5.2.4.10. A contratada para o fornecimento e instalação dos equipamentos que compõem este Termo de Referência, deverá no mínimo atender as normas e regulamentações através da resolução RDC nº. 50 e resolução RDC nº 307: – Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21/02/2002, ANVISA, 14/11/2002, NBR 13.587 e NBR 12.188, NR 13, NR 32.

5.2.4.11. A instalação de todos os equipamentos que compõem este Termo de Referência será de responsabilidade da contratada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do recebimento da autorização de fornecimento-AF, ficando sob sua responsabilidade, mediante programação antecipada em comum acordo com a fiscalização da secretaria de saúde, providenciar:

5.2.4.11.1. Caso aja alguma impossibilidade no cumprimento do prazo de entrega e instalação estipulado, a contratada deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes do fim da vigência encaminhar ofício com justificativas e pedido de prorrogação via e-mail; [saude@portomurtinho.ms.gov.br](mailto:saude@portomurtinho.ms.gov.br).

5.2.4.12. A contratada deverá fornecer a minuta Layout completo, incluindo desenhos da situação das instalações, contendo informações sobre localização dos equipamentos, instalações elétricas e demais instalações existentes no local.

5.2.4.13. A contratada deverá executar o Recolhimento de ART junto ao CREA dos serviços realizados caso seja necessário;

5.2.4.14. A contratada deverá oferecer proposta para fornecimento dos equipamentos incluso o Transporte até a unidade de saúde Hospitalar, e o deslocamento no interior do prédio até o local da instalação dos mesmos.

5.2.4.15. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá executar a Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais.

5.2.4.16. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá utilizar para os serviços de instalações tubulações de cobre, sendo tipo costura hidrolar, classe A, limpas e tratadas previamente para uso com oxigênio, conexões em cobre ou latão soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratados e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188;

5.2.4.17. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá realizar o teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários e teste de Partida dos sistemas;

5.2.4.18. A contratada deverá oferecer garantia para todos os equipamentos e serviços conforme previsto no item; “5.1” deste Termo de Referência.

5.2.4.19. A contratada deverá fornecer Treinamento junto ao pessoal da Contratante que irá operar os equipamentos.

5.2.4.20. A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos bem como as normas vigentes quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos (RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA).

5.2.4.21. A contratada deverá contar com profissionais que estarão envolvidos na instalação devidamente qualificados, estando subordinados a um responsável técnico, devidamente registrado no CREA se for o caso.

5.2.4.22. Todos os equipamentos, ferramentas, e materiais diversos necessários à instalação dos equipamentos deverão ser disponibilizados pela contratada, sendo que os testes e partida dos sistemas deverá ser realizada por meio de profissionais com formação técnica e que pertençam ao quadro de funcionários da empresa, acompanhado de um representante indicado pela Contratante.

5.2.4.23. A contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos executando a integração do prédio antigo com a nova ampliação garantindo a distribuição do oxigênio em toda a unidade hospitalar.

## **6. DA GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:**

### **6.1. Do Fiscal de Contrato;**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.1.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

## **7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1.1. Para o recebimento do objeto a contratada devesse cumprir com todo o descritivo constante no item; "1,2 e 5" deste Termo de referência e ETP.



## **7.2. DO PAGAMENTO:**

7.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços de instalações, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

7.2.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

7.2.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

7.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.2.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderá implicar no não recebimento.

7.2.4. A contratada deverá apresentar como condição para pagamento, planilha constando os serviços executados, fotos dos equipamentos e das instalações.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

### **8.2. Da Qualificação Técnica;**

8.2.1. Em conformidade com a complexidade do sistema, as licitantes obrigatoriamente apresentar, além das documentações exigidas pela lei 14.133/2021, deverá fornecer os seguintes documentos:

8.2.1.1. Laudo de eficiência energética do fabricante da Usina Geradora de Oxigênio, emitido por empresa especializada devidamente registrada no CREA com emissão CAT e deverá constar o nome da instituição hospitalar no laudo o engenheiro elétrico responsável pelo laudo deverá possuir a certificação (Certified Energy Manager-CEM) (Certified Measurement & Verification Professional-CMVP);

8.2.1.2. Minuta Layout de instalação de Usina Geradora de Oxigênio, incluindo a individualização de todos os equipamentos;

8.2.1.3. Relação da equipe técnica adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe;

8.2.1.4. Atestado(s) de capacidade técnica, registrado(s) no CREA, emitido(s) por estabelecimento de saúde que faça uso de sistema de Geração de Oxigênio, de igual ou superior capacidade, com indicação da conformidade com as normas e resoluções citadas no Termo de Referência, bem como as especificações técnicas exigidas;

## **9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado para aquisição dos equipamentos incluso instalações e materiais necessários, treinamento e transporte, visando atender às demandas do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira unidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Murtinho - MS, deste Termo de Referência, está orçada no valor de **R\$ 836.200,00 (Oitocentos e trinta e seis mil, duzentos reais)** apresentada em planilha abaixo, totalizando todas as quantidades e itens previstos para o certame:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Quant. Estimada	Valor Unit. Médio	Valor Total
01	01	<b>SISTEMA PARA GERAÇÃO DE OXIGÊNIO AR MEDICINAL</b> com tecnologia PSA concentração mínima de 93% v.v capacidade de produção de 2,0 m³/hora, 1.460 m³/mês – com Booster para enchimento de cilindros pneumático com sistema de regulagem de vazão automático, manifold de enchimento de cilindros para 2 + 2 cilindros cada lado, cilindros de 50 litros capacidade hidráulica. Composição mínima do sistema, 2 compressores a parafuso com sistema de tratamento de ar acoplado motorização de 10 hp., mais conjuntos de filtros pré/pós coalescentes e carvão ativo. Concentrador de oxigênio medicinal P.S.A (adsorção com alternância de pressão) – capacidade de produção de 2,0 m³/hora concentração 93 + ou – 3% pressão de saída mínima de 4,5 kgs/cm² e reservatório para 240 litros, com analisadores de oxigênio (Zircônia vida útil mínimo de 60 meses) acoplado ao sistema com desligamento automático quando a concentração do oxigênio baixar de 93% de concentração. Compressores de ar tipo parafuso com sistema de tratamento de ar acoplado motorização de 10 HP trifásico 220/380 volts, sendo um deles a ser utilizado como reserva em caso de falha do principal, e conjuntos de filtros coalescentes para filtragem do ar e filtros bacteriológicos para o suprimento de ar medicinal. Booster para enchimento de cilindros pneumático 2 estágios com sistema de vazão	UNID.	01	315.000,00	315.000,00

		regulável de 0,5 a 2,5 m³/h – pressão inicial 2 a 12 bar pressão final 2 a 150 bar conexão de entrada ½ saída ¼ refrigeração fluxo de ar entre cilindros acionamento ar comprimido. Manifold de enchimento de cilindros 2 + 2 cilindros capacidade hidráulica 50 litros com 6 cilindros completos. Frete e montagem dos equipamentos inclusos. Garantia mínima de 1 Ano no Estado de Mato Grosso do Sul.				
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 01</b>					<b>R\$ 315.000,00</b>	
<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>Quant. Estimada</b>	<b>Valor Unit. Médio</b>	<b>Valor Total</b>
b02	02	<b>ANALISADOR DE GASES NO SANGUE</b> Equipamento para medir concomitantemente em uma única amostra os seguintes parâmetros: pH; gases sangüíneos (pO2, pCO2); eletrólitos (Na+, K+, Ca2+, Cl-); metabólito (Lactato) e hematócrito, Calcular no mínimo os seguintes parâmetros: HCO-3, cBase(B), cBase(Ecf), HCO-3(P,st), ctCO2(B), Ânion Gap, ctO2, sO2, Hb, pO2(A), Ca2+(pH=7,40), pO2(a)/FO2(I), pO2(A-a), pO2(a/A), Anion Gap (K+) e cH+. Aspirar amostras em seringas, tubos e capilares. Possuir entrada da amostra inclinada, para facilitar a aspiração de amostras com volume reduzido e evitar a aspiração de ar, diminuindo dessa maneira perda de exames. Possibilitar medir todos os parâmetros com até 90 □l de amostra em seringa. Informar os resultados da análise em no máximo 80 segundos. Produtividade de pelo menos 30 amostras por hora. A linearidade do lactato deve ser superior a 25 mmol/L. Os sensores de medição deverão ser miniaturizados, agrupados e incorporados em cassetes ou cartuchos. As soluções de calibração, limpeza e reservatório de esgoto deverão estar em um sistema único, hermeticamente	UNID.	01	109.000,00	109.000,00

		<p>fechado, tal como pack. O aparelho deverá estar apto a ser usado em até 30 minutos, após a troca de qualquer insumo do aparelho (sensores, membranas, reagentes, papéis e outros). Ter calibrações totalmente automáticas e programáveis. Os programas de calibração automática deverão ter intervalos de frequência de no mínimo 1 hora ou mais. Diariamente o aparelho não poderá ficar indisponível por mais de 90 minutos em processos de calibração. Ter limpezas totalmente automáticas e programáveis. Possuir tela tátil com teclado alfanumérico e impressora embutida no equipamento. Ter tela de toque com dimensão superior a 8", para facilitar os comandos ao equipamento e facilitar a interpretação de dados, especialmente nos momentos de urgência. Software em português. Permitir introduzir: Identificação do paciente, nome do paciente, tipo de amostra, operador, sexo, localização da amostra, temperatura do paciente, data e hora da coleta e fração de oxigênio inspirado. Possuir porta USB para backup de dados. Possuir os protocolos de comunicação ASTM, HL7. Possibilitar o interfaceamento bidirecional com a rede de computadores do hospital. Para facilitar a higienização e transporte quando necessário, não poderá pesar mais de 9 kg com insumos. O equipamento deverá ser entregue com insumos para no mínimo 150 testes com validade para 60 (sessenta) dias. Garantia mínima de 1 Ano no estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar Registro do produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação inclusa.</p>				
	03	<b>SISTEMA PARA ANÁLISE DE URINA</b> – Sistema automatizado para urinálise com tecnologia de	UNID.	01	120.833,33	120.833,33

		<p>Inteligência Artificial (IA), composto por módulo integrado para análise físico-química e sedimentoscopia urinária automatizada, destinado à rotina laboratorial de análises clínicas. O equipamento deverá possuir tecnologia AI-Libre em canal duplo, baseada em Rede Neural Convolucional (CNN) e aprendizado profundo, proporcionando maior precisão analítica, automação dos processos e padronização diagnóstica. Deverá possuir design compacto integrado 2 em 1, operação semiautomática e microscopia automatizada com ampla captura de imagens para análise do sedimento urinário. O sistema deverá realizar, no mínimo, os seguintes parâmetros físico-químicos: Leucócitos; Cetonas; Nitrito; Urobilinogênio; Bilirrubina; Proteína; Glicose; Gravidade específica; Sangue; pH; Vitamina C. Compatível com tiras reagentes de 11 e 14 parâmetros. A sedimentoscopia automatizada deverá identificar automaticamente, no mínimo: Hemácias; Leucócitos; Células epiteliais; Bactérias; Cristais; Fungos; Muco; Esperma; Cilindros; Leveduras. O equipamento deverá operar com volume mínimo de amostra de 0,6 mL e possuir sistema óptico com comprimentos de onda de 470 nm, 550 nm, 620 nm e 720 nm. Deverá possuir ampliação mínima de 40X, câmera com resolução mínima de 1,3 megapixels e capacidade mínima de captura de 288 imagens por amostra. A produtividade mínima deverá ser de: 40 testes/hora para química + sedimento; 60 testes/hora para química isolada. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de armazenamento superior a 100.000 resultados. Deverá possuir conectividade mínima através de: USB; HDMI; VGA; Rede Ethernet;</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		Porta serial/COM. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul– Apresentar Registro do Produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação Inclusa. Deverá contemplar todos os acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, incluindo reagentes iniciais, controles, calibradores, cabos, software.				
04		<b>CARRO MACA TRANSFERÊNCIA EM AÇO INOX</b> , Estrutura das bases em tubo de aço inox, Leito em chapa de aço inox nº20, Para-choque em toda sua volta, Grades laterais em tubo de aço inox, Rodízios de 5” sendo dois com freios, Suporte para soro, Dimensões: 1,90 x 0,55 x 0,80, Capacidade de peso até 150Kg, Colchonete em Poliuretano Injetado – altura 7cm – Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul– Apresentar Registro do produto junto da ANVISA/MS.	UNID.	01	8.800,00	8.800,00
05		<b>FOCO CIRÚRGICO DE TETO DE LED COM 2 (DUAS) CÚPULAS</b> , com lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir: fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve, facilitando o movimento e	UNID.	02	54..000,00	108.000,00



		<p>forneendo rápida estabilidade; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; Emprego de sistema de redução de sombra; Filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; O índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 4200 K ou maior; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 120.000 Lux, medidos a 1 (um) metro de distância. A iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente. Vida útil do sistema de iluminação LED de 30.000 horas ou maior. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar Registro do Produto junto da ANVISA/MS. Frete e instalação inclusa.</p>				
	06	<p><b>SERRA ELÉTRICA PARA GESSO</b>, Indispensável no setor ortopédico de hospitais, centros assistenciais e clínicas. Com baixo peso volume e alto desempenho operacional este produto é indicado para a remoção</p>	UNID.	01	4.566,67	4.566,67

		de gesso transformando o movimento giratório do motor em movimento oscilatório na lâmina do corte. Desta forma pode se garantir que nenhum dano será causado ao paciente. Motor: de escovas. Potência: 180w. Amperagem: 1,65 A 0,86 A. Rotação do Motor: 18.000 rpm. Câmbio: em aço especial com lubrificação permanente. Lâminas de corte em aço com tratamento superficial. Tensão de alimentação: 127V ou 220V. Peso da peça: 1,56 kg. Cabo de força: 3 metros. Cabo anatômico: Maior segurança no manuseio. Acompanha: 01 lâmina de 2" polegadas. 01 lâmina de 2,5" polegadas. 01 chave combinada para troca dos discos. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS.				
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02</b>					<b>R\$ 351.200,00</b>	
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Quant. Estimada	Valor Unit. Médio	Valor Total
	07	<b>CAMA MOTORIZADA ELETRICAMENTE</b> que atende norma ABNT NBR IEC 60601-2-52:2020. Construída com estrutura tubular em aço carbono adequada à instalação de células de carga, protegida por pré-tratamento de fosfatização e pintura eletrostática a pó cor branco RAL9016 ou opcionalmente cinza RAL7035, leitos articuláveis em polietileno soprado dividido em 9 seções acopláveis para facilitar a limpeza e higienização. Dotada de movimentos para descompressão abdominal. Cabeceira e peseira removíveis, grades laterais articuladas e retráteis em polietileno de alta densidade. Grades laterais excedem a altura do colchão em 220mm cobrindo mais de 50% do leito, espaçamentos menores de 60mm entre as grades laterais e delas com a cabeceira e peseira. Aberturas embutidas em grades laterais, cabeceira, peseira e outros	UNID.	04	17.500,00	70.000,00

03		<p>espaçamentos menores que 120mm evitando aprisionamento de pescoço, tórax e cabeça. Grades laterais com altura de 400mm, com sistema pneumático de amortecimento. Base de movimentação com capa plástica branca lisa para rápida higienização e rodízios blindados em polietileno com Ø 150mm e freio total/direcional integrado a pedais nas 4 rodas. Para-choques giratórios de proteção de paredes de alto impacto nos quatro cantos da cama. Os movimentos da cama são acionados por motores elétricos com alimentação bi-volt (100/220V 50/60Hz) e grau de proteção IPX6, comandados por controle remoto de enfermagem disponível na peseira e no lado externo das grades laterais ou pelo próprio paciente no lado interno das grades laterais. Caixa de Comando e bateria instaladas em bandeja de serviço protegidas e de fácil acesso para manutenção. Cabos com isolamento superior e conectores dotados de anéis retentores. Possui bateria reserva de alimentação e todos acionadores com Certificado CE e UL. Equipada com balança integrada dotada de sensores eletromecânicos de massa para alta sensibilidade na medição de peso a partir de 100 gramas, com comando digital. Capaz de 8 movimentos: Fowler, dorso com angulação de 85° e pernas em 25°, elevação da altura, Trendelenburg e reverso do Trendelenburg em 15°, CPR e cardíaco. O levantamento dos pés para a posição Cardíaco, pode ser acionada, regulada e mantida manualmente. Capaz de auxiliar o usuário no seu levantamento com o menor esforço pela posição "Sentada Total", com compensação abdominal por pino voltante. CPR em todo leito por acionamento Elétrico e Manual no dorso. Possui 03 ganchos laterais</p>						
----	--	--	--	--	--	--	--	--

		para bolsas de coleta de urina Foley, iluminação noturna na parte inferior e 01 suporte de soro com 04 ganchos que pode ser posicionável nos 2 cantos da cabeceira. Comprimento total externo de 2186mm e interno do Leito de 2000mm com largura externa de 1040mm e interna de 986mm e capacidade de carga de 40 a 250Kg. Manual de Instruções disponível em Português, Espanhol e Inglês. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS. Incluso transporte, instalação do equipamento, treinamento do usuário e suporte técnico.				
	08	<b>ANALISADOR DE BIOQUÍMICA AUTOMÁTICA</b> desenvolvido para laboratórios que necessitam de alto desempenho, precisão analítica e automação eficiente nas rotinas laboratoriais. Com capacidade para realizar até 150 testes por hora, o equipamento proporciona agilidade no processamento das amostras e maior produtividade operacional, mantendo elevada confiabilidade nos resultados. O sistema opera com baixo consumo de reagente, utilizando apenas 100 µL por teste, promovendo redução de custos e melhor aproveitamento dos insumos laboratoriais. Equipamento conta com fluxo totalmente automatizado, desde a aspiração da amostra até a liberação dos resultados, além de interface intuitiva e integração com sistemas laboratoriais (LIS), facilitando a rastreabilidade e o gerenciamento das informações. Entre seus recursos, destacam-se: * Sistema automático de calibração e controle de qualidade; * Leitor de código de barras interno para identificação de amostras e reagentes; * Processamento contínuo e padronizado;	UNID	01	100.000,00	100.000,00

		* Maior controle operacional e redução de falhas manuais; * Tecnologia voltada para rotinas laboratoriais de média demanda. Reúne tecnologia, eficiência e praticidade, oferecendo desempenho confiável para laboratórios que buscam otimização de processos e segurança analítica. Garantia mínima de 1 ano no Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentar registro do produto junto da ANVISA/MS. Incluso transporte, instalação do equipamento, treinamento do usuário e suporte técnico.				
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 03					R\$	170.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS LOTES 01 E 02					R\$	836.200,00

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício conforme a seguir.

<b>Recursos;</b>	Resolução SES/MS nº 230/2024, Processo nº 27/018153/2024, Governo do MS.	<b>Conta:</b>	20.972-4
<b>Projeto de Atividade:</b>	1.006 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE		
<b>Elemento de Despesas:</b>	1 - 4.4.90.52 - APLICAÇÕES DIRETAS		
<b>Detalhamento do Elemento de Despesa</b>	<b>Lote; 01 Item; "01" Detalhamento</b> 28 -Máquinas e equipamentos de natureza industrial, <b>Lote 02 Item; "01, 02, 03, 04, 05, Detalhamento</b> 08 -Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar		
<b>Fonte de Recursos</b>	2.632.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE		

Porto Murtinho/MS, 22 de maio de 2026

RITA DE CASSIA PADILHA  
**ORDENADOR DE DESPESA**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto nº 17.027/2026.

Moacir Gomides Teixeira  
**Gerente de Avaliação, Controle e Auditoria.**  
Decreto de nº 17.114/2026.

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE PORTO MURTINHO, ESTADO DO  
MATO GROSSO DO SUL, E A  
EMPRESA.....**

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO MS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 11.160.486/0001-41, com sede a Rua Doutor Correa, 737, neste ato devidamente representado pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. RITA DE CASSIA PADILHA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada no Município de Porto Murtinho MS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** **procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº XXX/2026** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. XXX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PERMANENTES, INCLUSO INSTALAÇÃO E TREINAMENTOS AOS USUÁRIOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, através de recursos oriundo de repasses do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Resolução SES/MS nº 230/2024, processo nº 27/018153/2024, conforme especificações, quantidades e técnicas constantes do Termo de Referência.

Elemento Característicos:

Item	Código	Descrição	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor lote

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital e Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

6.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços de instalações, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

6.2.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

6.2.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

6.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.2.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

6.2.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderá implicar no não recebimento.

6.2.4. A contratada deverá apresentar como condição para pagamento, planilha constando os serviços executados, fotos dos equipamentos e das instalações.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

O reajuste será realizado por Aditivo.

O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração Municipal deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços contratados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela Administração Municipal para determinado item, observado o disposto no Decreto Municipal nº 15.088 de 17 de janeiro de 2024.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

##### **8.1. São obrigações do Contratante:**

**8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

b

**8.1.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**8.1.2** Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta;

**8.1.3** Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.1.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor especialmente designado;

**8.1.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**8.1.6** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da presente licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.1.7** Comunicar por e-mail ao preposto indicado pela contratada quando necessária a portabilidade informando todos os dados necessários.

**8.1.8.** Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/21;

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência no Edital, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2. Deverá ser adotadas práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços

9.2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

9.2.4. Além dos requisitos mencionados acima, também deverá ser atendidas as especificações técnicas:

9.2.4.1. A contratada deverá instalar a usina de oxigênio medicinal incluso todos os equipamentos que integram o funcionamento da usina e demais materiais necessários para distribuição do oxigênio em todos os setores hospitalar para produção diária e mensal;

9.2.4.2. A contratada deverá fornecer usina de oxigênio nova com eficiência energética com capacidade mínima de produção de 2,0 m³/hora, 1.460 m³/mês com produção ininterrupta, monitoramento remoto ou telemetria com controle de informações de produção, saturação de oxigênio produzido no momento, alarme com bloqueio de produção em caso de baixa concentração de oxigênio (para menor de 93%);

9.2.4.3. Para usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá instalar alarme operacional que indique queda de pressão ou desligamento dos equipamentos do sistema;

9.2.4.4. Para usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá fornecer e instalar um (01) compressor dedicado com alta eficiência energética que atender toda a demanda da unidade de saúde, instalar reservatório para oxigênio com capacidade de suprir a demanda do hospital nos momentos de pico de consumo, instalar analisador de oxigênio integrado ao concentrador de oxigênio;

9.2.4.5. A contratada deverá realizar as instalações elétricas necessárias para o funcionamento da usina e demais equipamentos integrados;

9.2.4.6. A contratada deverá instalar uma central de oxigênio para backup 05x05, com chicotes flexível inox, alta pressão com conector padrão ABNT para oxigênio, alta vazão com dois reguladores para acoplar os cilindros.

9.2.4.7. A contratada deverá fornecer e instalar um enchedor de cilindro” compressor de oxigênio” compatível com a produção e com a rede

9.2.4.8. A contratada deverá fornecer e instalar equipamentos que atende as necessidade na produção do oxigênio medicinal conforme normatizações (RDC/ANVISA nº 50/2002 e 307/2002) deve possuir as seguintes características físico-químicas: Inodoro, Insípido, Não inflamável, Comburente, Fórmula química =  $O_2$ ; Peso/massa molecular = 31,9988 mol, Grau de pureza = mínimo de 92%, Produto sem efeito toxicológico, Grau de pureza = teor de oxigênio entre 19,5 e 23,5%; Nitrogênio entre 76,5 e 78,5 e 1% de outros gases.

9.2.4.9. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de acordo com os padrões e normas técnicas nacionais e internacionais e recomendações do Ministério da Saúde.

9.2.4.10. A contratada para o fornecimento e instalação dos equipamentos que compõem este Termo de Referência, deverá no mínimo atender as normas e regulamentações através da resolução RDC nº. 50 e resolução RDC nº 307: – Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21/02/2002, ANVISA, 14/11/2002, NBR 13.587 e NBR 12.188, NR 13, NR 32.

9.2.4.11. A instalação de todos os equipamentos que compõem este Termo de Referência será de responsabilidade da contratada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do recebimento da autorização de fornecimento-AF, ficando sob sua responsabilidade, mediante programação antecipada em comum acordo com a fiscalização da secretaria de saúde, providenciar:

9.2.4.11.1. Caso aja alguma impossibilidade no cumprimento do prazo de entrega e instalação estipulado, a contratada devera no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes do fim da vigência encaminhar ofício com justificativas e pedido de prorrogação via e-mail; [saude@portomurtinho.ms.gov.br](mailto:saude@portomurtinho.ms.gov.br).

9.2.4.12. A contratada deverá fornecer a minuta Layout completo, incluindo desenhos da situação das instalações, contendo informações sobre localização dos equipamentos, instalações elétricas e demais instalações existentes no local.

9.2.4.13. A contratada deverá executar o Recolhimento de ART junto ao CREA dos serviços realizados caso seja necessário;

9.2.4.14. A contratada deverá oferecer proposta para fornecimento dos equipamentos incluso o Transporte até a unidade de saúde Hospitalar, e o deslocamento no interior do prédio até o local da instalação dos mesmos.

9.2.4.15. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá executar a Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais.

9.2.4.16. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá utilizar para os serviços de instalações tubulações de cobre, sendo tipo costura hidrolar, classe A, limpas e tratadas previamente para uso com oxigênio, conexões em cobre ou latão soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratados e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188;

9.2.4.17. No caso da usina de oxigênio medicinal, a contratada deverá realizar o teste de pressão e estanqueidade do sistema, observando aspectos de segurança necessários e teste de Partida dos sistemas;

9.2.4.18. A contratada deverá oferecer garantia para todos os equipamentos e serviços conforme previsto no item; “5.1” deste Termo de Referência.

9.2.4.19. A contratada deverá fornecer Treinamento junto ao pessoal da Contratante que irá operar os equipamentos.

9.2.4.20. A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos bem como as normas vigentes quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos (RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA).

9.2.4.21. A contratada deverá contar com profissionais que estarão envolvidos na instalação devidamente qualificados, estando subordinados a um responsável técnico, devidamente registrado no CREA se for o caso.

9.2.4.22. Todos os equipamentos, ferramentas, e materiais diversos necessários à instalação dos equipamentos deverão ser disponibilizados pela contratada, sendo que os testes e partida dos sistemas deverá ser realizada por meio de profissionais com formação técnica e que pertençam ao quadro de funcionários da empresa, acompanhado de um representante indicado pela Contratante.

9.2.4.23. A contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos executando a integração do prédio antigo com a nova ampliação garantindo a distribuição do oxigênio em toda a unidade hospitalar.

9.2.4.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.4.25. A contratada deve comunicar, formalmente, o município, qualquer alteração em seu contrato social e razão social.bb

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

*10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**IV. Multa:**

a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de até o limite de 10% do valor empenhado;

i. *O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

d. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

f. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Murtinho MS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Porto Murtinho MS, \_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
(CONTRATANTE)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(CONTRATADA)

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:

**ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica Nº. \_\_\_\_/2026 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF E DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇOS e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:

**PREÇO (EM MOEDA CORRENTE NACIONAL – TOTAL E UNITÁRIO)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o **ANEXO I** do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo I, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO FINAL.**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA  
DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026**

(NOME DA EMPRESA) ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ☐ ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ☐ ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que, por preencher os requisitos legais, pretende usufruir do direito de preferência para contratação na presente licitação, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se enquadrando nas vedações constantes dos parágrafos 4º e 9º, art. 3º, do referido Diploma Legal.

Local de data

.....  
(representante legal)

OBS. 1 ) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**Ao(a) Agente de Contratação e equipe de apoio**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2026**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

**(1) Declaramos, para os devidos fins** que a Empresa atende todas as condições de habilitação, **conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos**, ressalvando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**(2) Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

**(3) Declaramos que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**.

**(4) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos, em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (*Lei Federal nº9.854/1999*).

**(5) Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal.**

**(6) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.**

**(7) Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**

**(8) Compromete - se, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado**, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, **assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória**, afim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às

penalidades cabíveis, na forma da Lei.

**(9)** Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esse Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º (a) ....., Portador(a) do RG sob o nº ....., e CPF sob o nº ....., cuja função/cargo é .....(sócio / administrador / procurador / diretor / etc.), **responsável pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço.**

**(10)** Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone:** (DDD) .....-.....

**(11)** Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos desse Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)  
CARIMBO CNPJ